

Lisboa, 1975

A correspondência da Embaixada alemã sobre  
o refúgio concedido a quatro oficiais golpistas

Lisbon, 1975

The correspondence of the German Embassy regarding  
the case of granted refuge to four coup officers

António Louçã

António Louçã

RTP

ORCID: 0000-0003-4914-5537

[https://doi.org/10.14195/1647-8622\\_21\\_6](https://doi.org/10.14195/1647-8622_21_6)

LISBOA, 1975  
A CORRESPONDÊNCIA  
DA EMBAIXADA ALEMÃ  
SOBRE O  
REFÚGIO CONCEDIDO  
A QUATRO OFICIAIS  
GOLPISTAS

Os oficiais golpistas derrotados em 11 de março de 1975 foram em parte afastados dos seus cargos, em parte detidos ou, em menor número, refugiaram-se na vizinha Espanha. Quatro oficiais da GNR, incluindo um general, pediram asilo na Embaixada da República Federal da Alemanha. O pedido era embaraçoso para a Embaixada, que então envidava esforços consideráveis para melhorar as suas relações com a esquerda civil e com o MFA. Não lhes concedeu asilo, mas acolheu-os temporariamente na Embaixada. Comunicou o facto ao seu Ministério, em Bona, e à Presidência da República portuguesa. De Bona recebeu instruções para não entregar os quatro hóspedes, da Presidência portuguesa a exigência de entregá-los imediatamente. Obteve o compromisso de os fazer pernoitar na Embaixada, mas na manhã seguinte, com a Embaixada cercada por manifestantes, era impossível ganhar mais tempo. O embaixador Fritz Caspari ignorou as instruções que continuavam a chegar-lhe de Bona e convenceu os quatro a entregarem-se, mediante o compromisso de que ele próprio se fazia fiador, de serem julgados em tribunais ordinários e de as suas famílias poderem partir para a Alemanha. Nos meses seguintes, os quatro permaneceram detidos, sendo o último libertado um ano depois do golpe. Caspari avaliara acertadamente a situação e, com as decisões tomadas no terreno, preservara a possibilidade de uma diplomacia ativa da RFA no processo político português.

LISBON, 1975.  
THE CORRESPONDENCE  
OF THE GERMAN EMBASSY  
REGARDING THE  
CASE OF GRANTED  
REFUGE TO FOUR  
COUP OFFICERS

The defeated officers on the failed putsch of the 11th of March 1975 in Lisbon were either fired from their positions, arrested, or else escaped to Spain. However, four officers of the National Guard (Guarda Nacional Republicana) requested political asylum at the Embassy of the Federal Republic of Germany. The request was most unwelcome to the Embassy, given that it was attempting to improve its relations with Portugal's political left and the Movement of the Armed Forces. As result, while the four officers did not obtain the asylum they solicited, they were granted a temporary shelter at the Embassy. Ambassador Fritz Caspari informed the German Foreign Office and the Portuguese President about the presence of the officers at the Embassy. He got orders from Bonn not to surrender the four refugees, while the Portuguese President demanded that they be handed over. Caspari was able to reach a compromise and allowed the refugees to remain in the Embassy overnight, though in the morning it became clear that additional time was impossible to negotiate, given that the Embassy was surrounded by demonstrators. Ambassador Caspari ignored the orders insistently sent by Bonn and convinced the four officers to surrender, assuring them they would be presented to an ordinary court and their families allowed to locate in Germany, if they so wished. In the following months, the four officers remained in custody, the last of which was released a year later. In short, the situation was correctly assessed by Caspari, whose autonomous decision preserved the possibility of an active German diplomacy in the Portuguese political process.

LISBONNE, 1975. LA  
CORRESPONDANCE DE  
L'AMBAassade D'ALLE-  
MAGNE CONCERNANT LE  
CAS DE L'OCTROI DU  
REFUGE À QUATRE  
OFFICIERS PUTSCHISTES

Les officiers vaincus lors du putsch manqué du 11 mars 1975 à Lisbonne ont été soit renvoyés de leur poste, soit arrêtés, soit ils se sont enfuis en Espagne. Cependant, quatre officiers de la Garde nationale (Guarda Nacional Republicana) ont demandé l'asile politique à l'ambassade de la République fédérale d'Allemagne. Cette demande était très gênante pour l'Ambassade qui s'efforçait, à l'époque, d'améliorer ses relations avec la gauche politique portugaise et le Mouvement des Forces Armées, le MFA. Par conséquent, bien que les quatre officiers n'aient pas obtenu l'asile qu'ils avaient sollicité, ils se sont vu accorder un abri temporaire à l'ambassade. L'ambassadeur Fritz Caspari a informé le ministère allemand des Affaires étrangères et le président portugais de la présence des officiers à l'ambassade. Il a reçu l'ordre de Bonn de ne pas livrer les quatre réfugiés, alors que le président portugais exigeait qu'ils soient livrés. M. Caspari parvient à trouver un compromis et autorise les réfugiés à passer la nuit à l'ambassade, mais le matin, évidemment, il n'était plus possible de négocier un délai supplémentaire, étant donné que l'ambassade était assiégée par des manifestants. L'ambassadeur Caspari ignore alors les ordres envoyés avec insistance par Bonn et convainc les quatre officiers de se rendre, leur assurant qu'ils seraient présentés à un tribunal ordinaire et que leurs familles seraient autorisées à s'installer en Allemagne, si elles le souhaitaient. Au cours des mois suivants, les quatre officiers sont restés en détention, le dernier d'entre eux ayant été libéré un an plus tard. En effet, la situation avait été correctement évaluée par Caspari, dont la décision autonome a préservé la possibilité d'une diplomatie allemande active dans le processus politique portugais.

Ao abortar a intentona dirigida por Spínola a 11 de março de 1975, fugiram de helicóptero para Espanha 17 militares golpistas. Quatro oficiais da GNR não conseguiram fazê-lo e refugiaram-se na Embaixada da República Federal da Alemanha. O modo como a Embaixada geriu o pedido e o modo como as instituições federais reagiram ao caso são reveladores de prioridades que a política externa de Bona tinha fixado a si própria para lidar com a Revolução dos Cravos.

O episódio de acolhimento temporário dos oficiais refugiados na Embaixada mereceu até aqui referências breves em obras de carácter jornalístico<sup>1</sup> ou testemunhal<sup>2</sup> e, pela primeira vez, numa obra de investigação historiográfica muito recente de Peter Birle e Antonio Muñoz Sánchez<sup>3</sup>. Contudo, este trabalho focado na atividade da Fundação Friedrich Ebert apenas dedica uma dúzia de linhas ao episódio em causa, registando o acolhimento dos quatro golpistas, a busca passada ao carro do embaixador alemão por manifestantes que cercavam a Embaixada e as explicações dadas pelos refugiados aos seus anfitriões sobre o golpe como “acto desesperado”<sup>4</sup>. Os dois autores consultaram a correspondência da Embaixada alemã com Bona e com as autoridades portuguesas, bem como a sua correspondência interna, mas concentraram-se em explorar o que respeita à Fundação Ebert, sem se debruçarem mais extensamente sobre os detalhes do episódio, sobre as suas sequelas nos meses seguintes ou sobre o seu significado político.

No que se refere a este significado político, a mesma obra de Birle e Sánchez fornece-nos pistas importantes sobre as limitações que impunha à intervenção alemã a anterior cumplicidade de Bona com a guerra colonial portuguesa, e também sobre as limitações resultantes da política de alianças do SPD com a direita alemã, até aí apoiante do regime Salazar-Caetano. Ao destacar o papel da Fundação Ebert, a obra de Birle e Sánchez sublinha, por contraste, a inoperância a que estavam condenados os grandes partidos alemães quando inesperadamente irrompeu a revolução portuguesa. Já anteriormente dois trabalhos de Ana Mónica Fonseca tinham constatado essas limitações, tratando tanto os antecedentes que as explicam, como a sua expressão durante o próprio processo revolucionário<sup>5</sup>.

Elementos dispersos em várias outras obras de carácter testemunhal ou em documentação coligida e publicada recentemente obrigam entretanto a relativizar a imagem de inoperância da RFA e dos seus principais partidos. Refira-se nomeadamente a investigação

---

<sup>1</sup> Vd. nomeadamente, FEIO, Jorge; LEITÃO, Fernanda; PINA, Carlos – 11 de Março: autópsia de um golpe. Lisboa: Agência Portuguesa de Revistas, 1975. Vd. Também RODRIGUES, Avelino; BORGIA, Cesário; CARDOSO, Mário – *Portugal depois de Abril*. Lisboa: Ed. António dos Reis, 1976.

<sup>2</sup> Vd. ALMEIDA, Diniz de – *Ascensão, apogeu e queda do MFA*. Lisboa: ed. autor, 1978, vols. I e II. GOMES, João Varela – *Sobre os golpes contra-revolucionários de 11 de Março e 25 de Novembro de 1975*. Lisboa: ed. autor, 1980. GOMES, João Varela – *A contra-revolução de fachada socialista*. Lisboa: Ler Editora, 1981.

<sup>3</sup> BIRLE, Peter; SÁNCHEZ, Antonio Muñoz – *Partnerschaft für die Demokratie. Die Arbeit der Friedrich-Ebert Stiftung in Brasilien und Portugal*. Bona: Dietz Verlag, 2020.

<sup>4</sup> BIRLE, Peter; SÁNCHEZ, Antonio Muñoz, ob. cit., p. 221.

<sup>5</sup> FONSECA, Ana Mónica – “French and German support to Portugal: the military survival of the «Estado Novo» (1958-1968)”, *Portuguese Studies Review*, 16 (1), 2008, 1-17. FONSECA, Ana Mónica – “The Federal Republic of Germany and the Portuguese Transition to Democracy (1974-1976)”, *Journal of European Integration History*, 15 (1), 2009, pp. 35-56.

de Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá<sup>6</sup>, sublinhando o “défice de informação” do embaixador norte-americano Frank Carlucci, por contraste com as informações que a Embaixada da RFA recebeu na noite de 7 para 8 de março sobre a iminente saída dos páraquedistas. As informações, transmitidas pela Embaixada à 2ª Divisão do EMGFA, foram silenciadas por esta, ficando portanto sem qualquer utilidade para a preempção do golpe<sup>7</sup>. O conhecimento prévio da Embaixada alemã sobre o golpe surge ainda confirmado no trabalho coordenado por Carlos de Almada Contreiras e contendo o relato do então major Costa Neves, na assembleia militar de 11 para 12 de março, sobre uma conversa em que participara dias antes com um funcionário da Embaixada alemã, abundantemente informado sobre detalhes da conjura<sup>8</sup>.

Referências a uma intervenção dos serviços secretos alemães na preparação do golpe surgem de forma fragmentária em diversas obras de carácter memorialístico. Vasco Lourenço é o mais categórico em atribuir a esses serviços um protagonismo na transmissão ao general Spínola do mítico rumor sobre a “Matança da Páscoa” e cita em apoio da sua tese a reunião em que Xavier de Brito terá tentado recrutar para o golpe Manuel Monge e Almeida Bruno, alegadamente na presença de um funcionário da Embaixada alemã. Enfim, o mesmo dirigente do MFA cita também a “naturalidade” com que os quatro oficiais da GNR foram acolhidos nessa Embaixada após o fracasso do golpe. Outros difusores do rumor terão sido os serviços de informações franceses e espanhóis, mas, na interpretação de Vasco Lourenço, todos eles manipulados pelo KGB para que a história chegasse aos ouvidos de Spínola com a credibilidade de lhe ser transmitida por vozes amigas<sup>9</sup>. Maria Inácia Rezola, na sua investigação historiográfica sobre os mitos da revolução, admite simplesmente a difusão do boato por agentes espanhóis e franceses, mas sem referência aos alemães<sup>10</sup>. Costa Gomes, pelo contrário, põe em dúvida que qualquer Embaixada tenha divulgado aquele rumor<sup>11</sup>.

Uma outra questão que fez correr tinta foi a das medidas sancionatórias adotadas contra os golpistas. O ano quase completo que os quatro refugiados da Embaixada passaram na cadeia não é uma pena pesada para um crime de “alta traição”, como Varela Gomes o designou na assembleia de 11/12 de março, mas é, ainda assim, uma pena comparativamente severa, se tivermos em vista o destino dos restantes implicados na conjura. Ninguém melhor do que o próprio Varela Gomes desmontou o mito das alegadas estratégias do poder para criminalizar os golpistas, testemunhando, pelo contrário, o frenesi exculpatório da hierarquia militar, com a consequente impunidade de grande número de envolvidos ou com a rápida libertação dos restantes. Esta visão vê-se finalmente confirmada por Vasco Lourenço, que admite ter o PS mantido com os spino-listas, nos dias e semanas imediatamente anteriores ao golpe, “mais ligações do que as que

---

<sup>6</sup> GOMES, Bernardino; SÁ, Tiago Moreira de – *Carlucci vs. Kissinger, Os EUA e a Revolução Portuguesa*. Lisboa: D. Quixote, 2008.

<sup>7</sup> GOMES, Bernardino; SÁ, Tiago Moreira de, ob. cit., pp. 153 sg..

<sup>8</sup> CONTREIRAS, Carlos Almada (coord.). *A noite que mudou a Revolução de Abril. A assembleia militar de 11 de Março de 1975*. Lisboa: Ed. Colibri/Associação 25 de Abril, 2019.

<sup>9</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela – *Vasco Lourenço. Do interior da revolução*. Lisboa: Ed. Âncora, 2009, p. 368 e sg..

<sup>10</sup> REZOLA, Maria Inácia – *25 de Abril: mitos de uma revolução*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007, p. 130

<sup>11</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela – *Costa Gomes. O último marechal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 275

fosse conveniente haver” (ou, na expressão de Rezola, um jogo “em dois tabuleiros”<sup>12</sup>). Seguidamente, Vasco Lourenço assume que houve uma decisão consciente do MFA no sentido de não investigar as ligações do PS com os golpistas, tendo em conta a caixa de Pandora que desse modo podia abrir-se a curta distância das eleições<sup>13</sup>.

Os dados contidos na correspondência aqui analisada permitem estabelecer que a Embaixada, embora tenha entregado os quatro refugiados quase imediatamente, continuou durante todo o ano de cativo a interessar-se por eles e a fornecer-lhes apoio de vários tipos, daí resultando o paradoxo de os mais protegidos por uma potência europeia terem sido também os que mais longamente permaneceram na cadeia. Várias hipóteses explicativas poderão ser avançadas para este paradoxo, nomeadamente a de o próprio interesse de Bona e da sua Embaixada tornarem os quatro oficiais um meio de pressão das autoridades portuguesas sobre as alemãs, num momento em que estas se tinham comprometido a abrir uma linha de crédito de 70 milhões de marcos, de cuja concretização em tempo útil Melo Antunes não cessava de duvidar<sup>14</sup>. Mas essas hipóteses explicativas não se encontram sustentadas por qualquer documentação.

### Um embaraço pedido de refúgio

A meio da tarde de 11 de Março, um carro blindado transportando o general Freire Damião passou em frente da Embaixada italiana. Com o general, estavam três outros oficiais da GNR: o tenente-coronel Fernando Xavier de Brito, o major João António Garoupa e o tenente José Alberto Barros. Segundo um relato feito posteriormente, os ocupantes do veículo consideraram brevemente se era na Embaixada italiana que lhes convinha pedir guarida. Rapidamente concluíram que o refúgio seria pouco seguro.

Não muito longe, encontrava-se a Embaixada da República Federal da Alemanha que, apesar de tudo, deveria impor mais respeito às multidões empenhadas em neutralizar os últimos focos do golpe. Bateram, portanto, à porta da Embaixada alemã e foram acolhidos. Segundo as normas de segurança, devem ter deixado as armas à entrada. Não consta do relato o que fizeram ao carro blindado, que, estacionado à porta do edifício, inevitavelmente atrairia atenções.

Os quatro tinham culpas no cartório e receavam ter de pagar por elas. A sua cumplicidade com o golpe abortado nesse dia era flagrante. Tinham prendido o comandante da GNR, general Pinto Ferreira, tinham-se apoderado de blindados daquela força e com eles tinham tentado avançar sobre o quartel de Monsanto, obedecendo a Spínola. No caminho, tinham verificado a impossibilidade de cumprir as ordens e tinham regressado ao quartel da GNR, no Largo do Carmo. Aí constataram o fracasso do golpe e ponderaram entregar-se no palácio presidencial. Mas as ruas encontravam-se cheias de

---

<sup>12</sup> REZOLA, ob. cit., 2007, p. 128.

<sup>13</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela – *Vasco Lourenço. Do interior da revolução*. Lisboa: Ed. Âncora, 2009, p. 397.

<sup>14</sup> REZOLA, Maria Inácia. *Melo Antunes. Uma biografia política*. Lisboa: Âncora, 2012, p. 372.

manifestantes antigolpistas e, mais uma vez, era impossível chegar ao destino. Tomaram então o caminho que acabaria por conduzi-los à Embaixada alemã federal<sup>15</sup>.

Mas o pedido de refúgio colocava à Embaixada alguns problemas delicados. O Governo de Bona vinha levando a cabo esforços denodados para captar simpatias em Portugal. Estava descontente com a excessiva passividade da diplomacia europeia face à Revolução dos Cravos. Por um lado, pretendia influenciar a CEE no sentido de uma atitude mais dinâmica. Mas, por outro, e enquanto as diligências nesse sentido não produzissem efeitos, ia tomando as suas próprias iniciativas. Pouco antes do golpe, o *Auswärtiges Amt* (doravante AA)<sup>16</sup> insistia ainda com a Embaixada para que elaborasse listas de personalidades, especialmente militares, a convidar para visitas à Alemanha. Tratava de coordenar a sua intervenção com a das fundações partidárias, desde logo com a Fundação Ebert. E, principalmente, encorajava a intensa colaboração de Fritz Caspari, o embaixador alemão, com o seu homólogo norte-americano, Frank Carlucci<sup>17</sup>.

Caspari era uma figura atípica no corpo diplomático oeste-alemão: depois de Müller-Roschach<sup>18</sup>, Schmidt-Horix<sup>19</sup> e von Holleben, os seus três antecessores em Portugal, era o primeiro embaixador que não tinha um passado nazi. Estivera, pelo contrário, exilado, leccionara na Universidade de Chicago, casara e permanecera nos Estados Unidos durante vários anos após o fim da guerra. O seu ingresso tardio numa carreira diplomática infestada de antigos nazis não parecia predestiná-lo a um posto de importância nevrálgica como a Embaixada de Lisboa em 1974. Mas, em pleno turbilhão revolucionário, as credenciais democráticas revelaram-se, afinal, um argumento de peso para a colocação de Caspari.

E, na verdade, com essas credenciais ele desenvolveu uma atividade intensa, multiplicou contactos, cultivou relações, tornou-se um dos diplomatas mais informados sobre os bastidores da política portuguesa. Em vésperas do golpe spinolista de 11 de Março, a Embaixada alemã estava perfeitamente informada sobre a conspiração e até sobre quais as unidades militares previstas na ordem de operações<sup>20</sup>. No dia seguinte, Caspari emitia um diagnóstico de *insider* sobre o fracasso do golpe: “os motivos para o fracasso foram o planeamento e a preparação deficientes, bem como a execução a meio gás”. Bem informado

---

<sup>15</sup> Segundo o relato detalhado feito pelo general Damião ao embaixador Caspari, mais de um ano depois, aquando de uma visita de agradecimento à Embaixada, em 2 de abril de 1976, resumida num escrito do embaixador. Pasta 110213, Allgemein. Politisches Archiv des Auswärtigen Amts (doravante PA-AA), Berlim.

<sup>16</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão.

<sup>17</sup> Pasta 17440, Zuflucht port. Offiziere im Botschaftsgebäude (Protest) 1975/76. PA-AA.

<sup>18</sup> Müller-Roschach foi afastado do cargo em 1968, ao ser conhecido o seu passado de criminoso nazi, envolvido no tratamento da “questão judaica” ao nível do AA. CONZE, Eckart; FREI, Norbert; HAYES, Peter; ZIMMERMAN Moshe. *Das Amt und die Vergangenheit. Deutsche Diplomaten im Dritten Reich und in der Bundesrepublik*. Munique: Karl Blessing Verlag, 2010, p. 528. Müller-Roschach foi mesmo signatário dos convites para a famigerada Conferência de Wannsee, onde se discutiu aspectos técnicos da “Solução Final”, idem, p. 673.

<sup>19</sup> Schmidt-Horix, considerado tão comprometido pela sua participação no corpo de cavalaria da SS que praticamente só teria algum préstimo nos países árabes, deveu afinal a sua colocação como embaixador em Lisboa à benevolência do MNE Willy Brandt. BIRLE, SÁNCHEZ, 2020, p. 147. CONZE, FREI, HAYS, ZIMMERMAN, ob. cit., 2010, p. 664. Viria depois a suicidar-se em 1970, no seu posto, em Lisboa, por motivos nunca inteiramente esclarecidos. PRÍNCIPE, César – *Os segredos da censura*. Lisboa: Ed. Caminho, 1979, p. 59.

<sup>20</sup> Como o major Costa Neves revelou na Assembleia Militar de 11-12 de março de 1975. Vd., nomeadamente, CONTREIRAS, Carlos Almada, ob. cit., 2019, pp. 103 sg.

estava também o embaixador sobre os planos de Spínola, que acabava de fugir para Espanha, mas que Caspari, profeticamente, já via a pedir asilo no Brasil<sup>21</sup>.

Por alguma razão suspeita, ou por uma infeliz coincidência, à hora do golpe desembarcava no aeroporto da Portela o secretário de Estado alemão Karl Moersch, mais tarde um ministro de Estado tristemente famoso pelo seu apoio à ditadura militar argentina e pelo encobrimento de crimes cometidos por esta. Moersch alojou-se na Embaixada<sup>22</sup>, mas nada consta sobre alguma intervenção sua naquilo que em breve iria tornar-se a crise dos quatro refugiados.

Seja como for, dos contactos entre a Embaixada e oficiais golpistas antes do 11 de março não se desprendia um comportamento óbvio e linear caso esses oficiais lhes batessem à porta, na hora da derrota. Quanto mais a Embaixada tinha sabido antes, mais ignorância precisava de afetar depois. A última coisa que a Embaixada queria, no dia da derrota, era dar a aparência de ter combinado previamente com os golpistas que iria abrigá-los em caso de fracasso.

### A Embaixada negocia a entrega dos refugiados

O acolhimento dos quatro oficiais teve, por isso, de ser imediatamente comunicado às autoridades portuguesas. Sobre a reação portuguesa, Caspari informou Bona que a Embaixada foi visitada logo no dia 11 pelo chefe da Casa Militar da Presidência da República, general Fontes Pereira de Melo, e por um conselheiro diplomático. Ambos declararam inaplicável o direito de asilo, por Portugal não ser país subscritor da Convenção de Havana. O mesmo ponto de vista era entretanto comunicado ao embaixador pelo secretário-geral do MNE, Breyner Andresen, presume-se que em contacto telefónico. A Embaixada admitiu o argumento sem objeções.

Aos dois visitantes enviados por Costa Gomes foi permitido dialogarem diretamente com os quatro refugiados, a quem disseram que “deviam colocar-se à disposição do presidente”. A isto contrapuseram os quatro oficiais o pedido de um salvo-conduto que lhes permitisse partirem para o estrangeiro. Melo prontificou-se a transmitir a pretensão ao presidente. Finalmente, acordou-se em permitir que os quatro permanecessem durante a noite na Embaixada, “para dar ao presidente o tempo de ponderar novamente a pretensão dos oficiais”.

Acontece que o presidente passou a noite em claro e não teve grande oportunidade de refletir sobre os quatro militares refugiados na Embaixada. A noite de 11 para 12 de março foi a da assembleia militar que decidiu destituir ou prender diversos golpistas, criar o Conselho da Revolução, constituir um novo governo, manter a data das eleições e nacionalizar grande parte da economia. Costa Gomes presidiu à assembleia, que só terminou de manhã. Na explosiva situação do país, era impossível deixar sair para Espanha, em completa impunidade, mais quatro golpistas, entretanto já detetados no seu lugar de refúgio e cercados por centenas de manifestantes.

---

<sup>21</sup> Despacho de Caspari para o AA, 12.03.1975. Pasta 110242, PA-AA.

<sup>22</sup> Despacho de Caspari para o AA, 11.03.1975. Pasta 110242, PA-AA.

Segundo relatava Caspari no mesmo documento, a Embaixada empenhou-se ao longo do dia seguinte em obter satisfação para as condições desejadas pelos quatro golpistas, tendo-se o próprio embaixador deslocado a Belém com esse objetivo. Segundo o mesmo Caspari, os quatro “permaneceram todo o dia seguinte na Embaixada, que ainda fez chegar ao presidente por outras vias a pretensão de salvo-conduto dos oficiais”. Mas os esforços eram baldados: a pretensão dos refugiados, diz também o embaixador, “acabou por ser-me categoricamente recusada no palácio presidencial pelo general Fontes Pereira de Melo, seguindo instruções do presidente”<sup>23</sup>.

A Embaixada ficava obrigada a encontrar rapidamente uma solução. Qualquer demora podia deitar a perder o trabalho de envolvimento e sedução política pacientemente levado a cabo até aí junto de militares portugueses. E podia, além disso, pôr em xeque a segurança daquela representação diplomática, como parecia confirmado por um incidente ocorrido pelas 16h30 do dia 12: ao sair da Embaixada, Caspari foi travado por uma “multidão em fúria”, e teve de deixá-la revistar-lhe o carro. Quanto aos militares do COPCON aí presentes, disse depois a Embaixada num protesto apresentado ao MNE português, “não intervieram contra este procedimento ilegal, apontando, pelo contrário, as suas pistolas-metralhadoras ameaçadoramente para o carro e para a pessoa do embaixador e para os seus acompanhantes”<sup>24</sup>.

## Receios sobre a segurança da Embaixada

Apesar da urgência sentida por Caspari e demais diplomatas em Lisboa, o AA preferia ganhar tempo e, em despacho enviado para a Embaixada, mandou explicar às autoridades portuguesas que “não é possível ao Governo Federal [alemão] retirar mediante uso da força os oficiais que procuraram refúgio na Embaixada, ou concordar com a sua retirada coerciva”. Mais, determinava o AA que a Embaixada transmitisse ao Governo português o pedido de se encontrar uma solução dispensando o uso da força. E concretizava: “Isto poderia consistir na permissão da saída para Espanha ou para um outro país”<sup>25</sup>.

A Embaixada só frouxamente simulou inclinar-se perante as instruções dilatórias que no dia 12 lhe chegavam do AA. O registo de um telefonema de Heibach para Bona refere que se espera durante o dia uma decisão de Costa Gomes e que os quatro oficiais entraram em greve de fome, comportando-se contudo “de forma civilizada”<sup>26</sup>. Também em conversa telefónica, Heibach informaria o AA de que o embaixador se encontrava nesse momento com o chefe da Casa Militar da Presidência e que esperava trazer notícias de uma reunião do Conselho dos Vinte, em que “a parte portuguesa poderia declarar-se de acordo com a permanência dos oficiais na Embaixada por mais uma noite”. Mas o diplomata também ia alarmando o AA sobre a ameaça de um assalto à Embaixada:

---

<sup>23</sup> Relatório de Caspari, 17.03.1975. Pasta 110213, Allgemein. PA-AA.

<sup>24</sup> Nota verbal de 17.03.1975, contendo o protesto da Embaixada (tradução em português). Pasta 110213, Allgemein. PA-AA.

<sup>25</sup> Telegrama cifrado do AA à Embaixada, 12.03.1975. Pasta 110213, Allgemein. PA-AA.

<sup>26</sup> Resumo do AA sobre contactos telefónicos com a Embaixada em 11 e 12.03.1975. Pasta 110242, Allgemein. PA-AA.



“Diante da Embaixada mantinham-se 300 manifestantes, que ocasionalmente gritavam ‘Nazis’ e ‘Fascistas’. A Embaixada receia que no final de uma grande manifestação no Rossio uma parte dos participantes marchem para a Embaixada”<sup>27</sup>.

Na verdade, e embora o Governo Federal tivesse instruído a Embaixada para apoiar o pedido de salvo-conduto, esta avaliou o pedido como inviável e, durante todo o dia 12, dedicou-se a convencer os quatro golpistas refugiados de que deveriam entregar-se “de livre vontade”. Procedeu então, durante várias horas a uma “lavagem ao cérebro” (ou, em tradução mais literal, “massagem da alma”) aos refugiados. Ou seja, enquanto o Governo liberal-social-democrata de Bona preconizava um apoio ao pedido de salvo-conduto dos quatro oficiais, a Embaixada “massajava-lhes a alma”, para convencê-los a entregarem-se “de livre vontade”<sup>28</sup>.

Enquanto as massagens não faziam o efeito pretendido, o embaixador inquietava-se com a eventualidade de os quatro permanecerem irredutíveis e chegou a encarar as hipóteses mais drásticas: “A Embaixada espera conseguir convencer aqueles senhores de que não pode conceder-lhes refúgio para além do dia de hoje, mas reitera o pedido de instruções já várias vezes feito telefonicamente [ao AA] sobre como deve proceder caso os refugiados se recusem a deixar o edifício da Embaixada. No caso mais extremo, teria de permitir-se a um oficial de alta patente e a uma força militar prenderem os oficiais no edifício da Embaixada, com o que poderia haver violência”<sup>29</sup>. E, com efeito, o registo conservado em Bona sobre um telefonema de Caspari refere que este pediu instruções sobre “como deve proceder perante uma eventual proposta do presidente português, de retirar pela força os oficiais que permanecem na Embaixada”. O mesmo registo acrescenta que “o embaixador inclina-se para a ideia de que deveria ser dada satisfação a um pedido do presidente português nesse sentido”<sup>30</sup>.

No terreno, em última análise, a atitude determinante era a da Embaixada, mais do que as dilações do AA. Apesar dos receios de Caspari, aos refugiados apenas restava negociarem as condições da sua entrega. Negociaram-nas e as condições foram, na maioria, satisfeitas. O embaixador testemunha que Melo assumiu na sua presença, em nome de Costa Gomes, o compromisso de garantir a segurança às famílias dos quatro oficiais. Depois de haver um acordo de princípio sobre essa garantia, um dos oficiais – o general Freire Damião – voltou atrás e exigiu que as famílias partissem para a Alemanha antes que os quatro se entregassem.

A nova exigência não foi aceite e suscitou preocupações na Embaixada, porque “pareceu provável na altura um fracasso total da acção, o que poderia produzir consequências imprevisíveis, tendo em conta a massa de gente em ambiente de linchamento que se encontrava diante da Embaixada”. Mas o problema pôde ser solucionado porque, dizia Caspari, “eu me comprometi a tratar da partida, no dia seguinte, daqueles familiares que o desejassem, e do seu acolhimento na Alemanha”. Mais adiante no mesmo documento,

---

<sup>27</sup> Registo de telefonema de Heibach ao AA, 12.03.1975. Pasta 110242, PA-AA.

<sup>28</sup> Resposta de Caspari às instruções recebidas do AA, 13.03.1975. Pasta 110213, Allgemein. PA-AA. A expressão “Seelenmassage” encontra-se num parágrafo rasurado do documento, não tendo portanto chegado às mãos do AA nessa forma pitoresca.

<sup>29</sup> Despacho de Caspari para o AA, 12.03.1975. Pasta 110242, PA-AA.

<sup>30</sup> Registo de telefonema de Caspari ao AA, 12.03.1975. Pasta 110242, PA-AA.

constatava aliviado que a partida dos familiares para a Alemanha passou despercebida na imprensa portuguesa e fazia votos para que assim permanecesse<sup>31</sup>.

### Caspari regressa à Embaixada numa “Chaimite”

No dia 13, com os quatro oficiais já entregues às autoridades portuguesas, Caspari iria finalmente fazer o seu relato a Bona, sem aludir diretamente às instruções que tinha ignorado, mas explicando que os oficiais obtiveram de Costa Gomes garantias de “uma entrega honrosa por meu intermédio como representante da República Federal da Alemanha; segurança pessoal e tratamento condigno; garantia de segurança para as suas famílias”. Além disso, acrescenta, “foi-lhes garantido que não perderiam as suas patentes militares como os que fugiram para Espanha”.

Ainda segundo o embaixador, os quatro oficiais, “embora considerem a palavra de honra do presidente como subjectivamente credível, não a consideram objectivamente realizável, porque já não é o presidente que manda no país, e sim a rua e as forças que estão por trás dela”. Mais adiante, Caspari iria sublinhar que a Embaixada “não partilha inteiramente a visão pessimista [dos quatro] sobre a situação no país e sobre a tomada de facto do poder por grupos de esquerda”.

Em todo o caso, explicava também o embaixador, a concordância em entregar os quatro oficiais “foi dada numa situação de necessidade e serviu para evitar danos graves causados aos bens e talvez à integridade física [do pessoal da Embaixada]”<sup>32</sup>. Não só a “rua”, mas também a atitude do Governo português obrigaram a Embaixada, segundo Caspari, à “entrega voluntária dos quatro oficiais, que finalmente se concretizou pelas 20h30 de 12.03.1975”<sup>33</sup>. Sem se embaraçar com a contradição nos termos, a Embaixada considerava-se portanto obrigada a entregar “voluntariamente” os quatro hóspedes. O episódio tinha durado 27 horas, mas ia ter um epílogo longo de quase um ano.

No momento do desenlace, estavam diante da Embaixada uns 500 manifestantes que, segundo o embaixador, reclamavam “‘justiça popular’ e a morte dos putschistas, e nos insultavam [aos diplomatas alemães] como nazis e fascistas”. A Embaixada foi isolada por um cordão de comandos e fuzileiros e tiveram de vir quatro “chaimites” para retirarem os refugiados do edifício. Caspari relata ainda que, “no momento de chegarem as tropas de reforço, a situação começava a tornar-se ameaçadora”. E acrescenta: “Eu próprio não consegui voltar à Embaixada no meu carro de serviço e sim num blindado com o general Fontes Pereira de Melo”<sup>34</sup>.

---

<sup>31</sup> Relatório de Caspari, 17.03.1975. Pasta 110213, Allgemein. PA-AA.

<sup>32</sup> Resposta de Caspari às instruções recebidas do AA, 13.03.1975. Pasta 110213, Allgemein. PA-AA.

<sup>33</sup> Relatório de Caspari, 17.03.1975. Pasta 110213, Allgemein. PA-AA.

<sup>34</sup> Resposta de Caspari às instruções recebidas do AA, 13.03.1975. Pasta 110213, Allgemein. PA-AA.

## O Governo português confessa a incapacidade para se fazer obedecer

Como vimos atrás, a Embaixada apresentou ao Governo português um protesto pela revista ao carro do embaixador e pelas ameaças que alegadamente lhe foram feitas. Apesar de o protesto ter suscitado uma reafirmação da extraterritorialidade das missões diplomáticas pelo secretário de Estado Jorge Campinos<sup>35</sup>, a Embaixada continuava a não confiar na capacidade das autoridades políticas e militares para controlarem possíveis explosões de violência popular.

Da parte portuguesa, houve ainda uma tentativa para apaziguar a Embaixada, quando um tal comandante Cavaleiro Ferreira procurou o primeiro conselheiro Heibach, em casa deste, explicando “a sua visita privada com o desejo de responder tanto quanto possível discretamente, ou seja oralmente, à nossa nota de protesto”. O oficial português embrulhou-se em confusas explicações sobre os seus mandatários, sem ser inteiramente claro se se tratava do ministro sem pasta Vítor Alves ou do MNE Melo Antunes, ou de ambos, e argumentou a favor de um tratamento informal do protesto. De outro modo, disse, este teria de ser levado ao Conselho da Revolução, com inevitável embaraço para Melo Antunes.

Heibach respondeu-lhe que a Embaixada não queria causar dificuldades ao ministro, mas que era impossível fazer tábua rasa da nota de protesto, até porque esta já estava a ser objeto de uma interpelação parlamentar na Alemanha. Em todo o caso, Heibach procurou uma saída conciliadora, afirmando que “considerávamos o caso encerrado e esperávamos apenas que nada semelhante voltasse a passar-se”. A isto respondeu Cavaleiro Ferreira, com surpreendente candura e para alguma estupefação do interlocutor, que “infelizmente é impossível fornecer uma garantia assim, visto que a situação em Portugal evoluiu num sentido em que já não é garantida a obediência das tropas”. Ainda segundo o oficial “a doutrinação ideológica minou aqui o sentido de disciplina [e obediência]”<sup>36</sup>.

Em nota endereçada a Caspari, o mesmo Heibach iria, duas semanas depois, aconselhar que nada se dissesse ao Ministério em Bona sobre “as complicadas reflexões do MNE daqui, transmitidas pelo comandante Cavaleiro Ferreira”. O silêncio, explicava Heibach, era a melhor receita para não suscitar em Bona alguma diretiva rígida que certamente obrigaria a Embaixada a criar dificuldades desnecessárias a Melo Antunes, a Vítor Alves e ao próprio Cavaleiro Ferreira<sup>37</sup>. A Embaixada ocultou portanto ao AA parte da informação disponível, por não confiar que burocratas muito distantes do ambiente revolucionário fossem capazes de imaginar a situação vivida em Portugal.

## Incertezas sobre a criação de um tribunal revolucionário

Mantinha-se, contudo, a preocupação com a eventualidade de um julgamento mais severo. Logo a seguir ao golpe abortado, o AA confrontara a Embaixada com notícias em

---

<sup>35</sup> Nota verbal da Embaixada da RFA ao MNE português, 17.03.1975. Pasta 110213, Allgemein. PA-AA.

<sup>36</sup> Nota de Heibach, 14.05.1975. Pasta 110213, Allgemein. PA-AA.

<sup>37</sup> Nota de Heibach a Caspari, 27.05.1975. Pasta 110213, Allgemein. PA-AA.

que era suposto a comissão de inquérito ao golpe levar a cabo as suas investigações “num processo dinâmico e não-burocrático”. Aos motivos de alarme acresciam ainda declarações do capitão Vasco Lourenço, membro da Comissão Coordenadora do MFA, falando pela primeira vez na criação de um “tribunal revolucionário”<sup>38</sup>. Outras notícias das agências DDP, AP e DPA, citadas em despacho de Bona para Lisboa, referiam um comunicado do Estado-Maior determinando que “um tribunal revolucionário condene sumariamente os principais responsáveis do golpe militar de 11 de março”<sup>39</sup>.

Nas semanas e meses seguintes, a Embaixada continuou a empenhar-se como fiadora das condições combinadas e foi documentando regularmente junto do AA a atenção com que acompanhava a sorte dos quatro golpistas. Segundo Caspari, um funcionário da Embaixada conseguiu localizar as famílias dos oficiais logo na madrugada do dia 13, e verificou que estas em geral consideravam a situação suficientemente segura para permanecerem em Portugal, com exceção de cinco familiares do general Damião. Ainda segundo o mesmo relato, “a Embaixada providenciou então os cinco bilhetes de avião e o funcionário da Embaixada levou pessoalmente, e em condições difíceis, as cinco pessoas até ao avião. Como garantia de que a família se encontrava em segurança, ele ainda levou ao general Damião, na prisão militar da Trafaria, na tarde do mesmo dia, uma carta da senhora Damião”. Na circunstância, o general entregou por sua vez uma carta ao portador da primeira, agradecendo as diligências do embaixador e do conselheiro Heibach, lamentando também “que o grupo refugiado tivesse colocado a sua Embaixada e portanto a sua pátria numa situação crítica e carregada de tensões”<sup>40</sup>.

Por um outro documento, ficamos a saber que o visitante do general no presídio militar foi o major Roger Hoschedorn. Segundo este adido militar da Embaixada, o general Damião pediu-lhe, na presença do comandante do presídio, que transmitisse ao embaixador e a Heibach os seus agradecimentos pelo apoio recebido. Além de reiterar as suas desculpas pelos inconvenientes causados, o general aproveitou para sublinhar que apenas deixara voluntariamente a Embaixada por confiar na palavra de honra de Caspari e no cumprimento das condições negociadas por seu intermédio<sup>41</sup>.

Duas semanas depois da visita de Hoschedorn ao presídio militar, Caspari enviava para Bona uma informação sobre as molduras penais correspondentes às acusações de insubordinação com que os quatro oficiais poderiam contar. Segundo o escrito, os oficiais poderiam, no pior dos casos, ser condenados em penas de prisão de dois a oito anos. E, respondendo a uma preocupação especialmente candente, o embaixador esclarecia: “Só em caso de guerra é prevista a pena de morte para o dirigente ou instigador da insubordinação”<sup>42</sup>.

No dia seguinte, mas aparentemente em reação a despachos já com vários dias, o AA lembrava à Embaixada que “a República Federal da Alemanha atribui à protecção dos direitos humanos um significado especial e também a opinião pública da República Federal da Alemanha dedica forte atenção a este empenhamento”. Dito isto, o AA

---

<sup>38</sup> O mesmo despacho cita, contudo, o ministro Correia Jesuino (erradamente designado como ministro da Justiça), que retificou Vasco Lourenço e prometeu o julgamento em tribunais regulares.

<sup>39</sup> Pasta 110213, Allgemein. PA-AA.

<sup>40</sup> Nota de 17.03.1975. Pasta 110213, Allgemein. PA-AA.

<sup>41</sup> Nota de Hoschedorn, 17.03.1975. Pasta 110213, Allgemein. PA-AA.

<sup>42</sup> Nota de Caspari ao AA, 27.03.1975. Pasta 110213, Allgemein. PA-AA.

admitia que o refúgio temporário em instalações da Embaixada apenas pode ser concedido em situações de perigo iminente para os peticionários e que estes deviam ser, desde logo, esclarecidos sobre o facto de a RFA não ter “a possibilidade legal de exigir um salvo-conduto ao Governo português”. Além disso, deviam ser esclarecidos sobre a impossibilidade para a Embaixada de manter secreta a sua presença nas instalações.

Não havendo acordo sobre as condições de entrega, dizia ainda o documento, “tentar-se-á ganhar tempo face ao Governo local, enquanto isso for possível. É de evitar a todo o custo uma entrega coerciva ou uma entrega sem garantias satisfatórias”. A isto acrescentava ainda, que, “mesmo se advier uma situação insolúvel, nomeadamente com perigo imediato e fundado de assalto à Embaixada ou de não continuar garantida a imunidade da Embaixada, mesmo então se deverá fazer o possível para envolver o AA”<sup>43</sup>. O AA caucionava portanto, de forma condicional e cuidadosa, o procedimento da Embaixada. Esta continuava a ter o ónus de provar que as garantias negociadas para a entrega “voluntária” dos quatro refugiados tinham sido satisfatórias – até porque, como lembrava o AA de forma sibilina, a opinião pública alemã “dedica forte atenção” a este tema.

Entretanto, a situação em Lisboa permanecia altamente volátil e as notícias chegadas ao AA não eram de molde a tranquilizá-lo. No início de Abril, voltou portanto a dirigir-se à Embaixada, para que esta comentasse a possível constituição de um tribunal especial e a eventualidade de os quatro refugiados poderem ser julgados nesse tribunal<sup>44</sup>. Em resposta, Caspari confirmava no dia seguinte declarações do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, que anunciara à imprensa a constituição de um “Tribunal Militar Revolucionário”. Logo a seguir o embaixador procurava relativizar as declarações, sustentando que “possivelmente a criação do tribunal especial deverá servir apenas para dar satisfação formal à reivindicação de ‘justiça popular’ avançada por círculos esquerdistas, sem que isso altere materialmente a situação dos putschistas presos”.

No entanto, deixando pela primeira vez escapar uma nota de incerteza, acrescentava ainda Caspari: “Por outro lado, não pode excluir-se a possibilidade de que a composição do tribunal especial sirva para aplicar penas rigorosas, produzindo assim um efeito dissuasório”. À margem da inquietude manifestada pelo embaixador, discutiram-se duas possíveis intervenções da Embaixada: uma consistiria em promover uma diligência do capitão-de-fragata Perlich, adido militar, junto de Ferreira da Cunha, chefe da Casa Civil de Costa Gomes, para indagar o que implicava, em termos práticos, a constituição do tribunal revolucionário; outra consistiria em escrever o próprio embaixador uma carta ao general Fontes Pereira de Melo lembrando as garantias do presidente. Na discussão, ponderava-se ainda a principal vantagem desta segunda variante, que documentaria por escrito garantias antes dadas oralmente. Mas finalmente concluía-se que a primeira diligência seria preferível, por ser menos formal<sup>45</sup>.

Dias depois, Caspari voltaria a inquietar-se com a leitura do semanário “Expresso”: aí se anunciava a constituição do tribunal revolucionário, com 12 membros – seis do Exército, três da Marinha e três da Força Aérea. O mais preocupante do ponto de vista do embaixador era que esta composição refletiria a relação de forças dentro do MFA,

---

<sup>43</sup> Nota do AA à Embaixada, 28.03.1975. Pasta 110213, Allgemein. PA-AA.

<sup>44</sup> Nota do AA à Embaixada, 08.04.1975. Pasta 110213, Allgemein. PA-AA.

<sup>45</sup> Caspari ao AA, 09.04.1975. Pasta 110213, Allgemein. PA-AA.

o que implicava que, “presumivelmente, também suboficiais e praças seriam chamados a julgar os oficiais do *putsch*”<sup>46</sup>. No dia seguinte, sem poder ainda tranquilizar-se de todo, Caspari iria relatar para Bona o essencial das declarações de Correia Jesuino: o tribunal com o nome de revolucionário nem por isso deixaria de julgar segundo a legislação ordinária. O contacto previsto com Ferreira da Cunha foi levado a cabo, com chamada de atenção para a importância que o Governo de Bona atribuía a esta questão e para os compromissos assumidos pelo presidente Costa Gomes. Ferreira da Cunha prometeu pedir instruções sobre o tema e dar notícias na semana seguinte<sup>47</sup>.

## Epílogo e conclusões

Apesar da inicial insistência do AA em que a Embaixada negociasse a obtenção de um salvo-conduto para os quatro refugiados, e apesar de Caspari rapidamente ter deixado cair qualquer veleidade de obter tal documento, não há notícia de o AA ter repreendido o embaixador por considerar excessiva a autonomia com que decidiu. Aquele Ministério elaborou mesmo um documento recordando os princípios por que se rege a concessão de asilo diplomático e esclarecendo desde logo que nenhum convénio bilateral nem nenhum direito internacional permitia à Embaixada conceder asilo diplomático aos quatro oficiais golpistas. Já no Parlamento Federal, pelo contrário, o Governo liberal-social-democrata presidido por Helmut Schmidt encontrava-se sem dúvida sob uma forte pressão da direita. Democratas-cristãos e social-cristãos fizeram-no passar um mau bocado em comissão parlamentar, sob uma barragem de perguntas e reparos por a Embaixada ter entregado os quatro refugiados.

Entre os argumentos, veio frequentemente à baila o precedente da Embaixada alemã em Santiago do Chile que, ano e meio antes, recusara entregar os seus refugiados à ditadura de Pinochet. Os deputados da direita entendiam que o mesmo critério deveria ter sido aplicado em Portugal.

Ou por genuína preocupação com a sorte dos golpistas, ou por reflexo defensivo face às pressões da direita, ou por ambos os motivos, o Governo Federal esmerou-se em garantir que os cinco familiares do general Damião fossem acolhidos na Alemanha e aí encontrassem apoio nos planos logístico e financeiro, nomeadamente no *Land* de Baden-Württemberg<sup>48</sup>.

Curiosamente, apesar da atenção que ostensivamente lhes dedicava a Embaixada, os quatro putschistas permaneceram na prisão mais tempo do que a grande maioria dos implicados no 11 de Março. Os pedidos visando a sua libertação foram sendo recusados, com fundamento no risco de fuga para a Alemanha. Mesmo depois do 25 de Novembro, permaneciam ainda na prisão. No início de 1976, foram enfim recuperando a liberdade e, entre as suas primeiras iniciativas, contou-se o envio de cartas ou a realização de visitas de agradecimento à Embaixada. O general Freire Damião foi, nomeadamente, o último dos quatro a sair em liberdade, em 9 de março de 1976, dois dias antes de se completar

---

<sup>46</sup> Nota de Caspari, 14.04.1975. Pasta 110213, Allgemein. PA-AA.

<sup>47</sup> Nota de Caspari ao AA, 15.04.1975. Pasta 110213, Allgemein. PA-AA.

<sup>48</sup> Nota do AA à Embaixada, 18.03.1975. Pasta 110213, Allgemein. PA-AA.

um ano da malograda tentativa golpista, “porque as autoridades portuguesas consideravam superior o seu grau de envolvimento”<sup>49</sup>.

Globalmente, podemos concluir que a Embaixada alemã procedeu com autonomia face ao seu Governo e por vezes optou mesmo por ocultar-lhe detalhes da situação portuguesa. Previa que alguns desses detalhes fossem erradamente interpretados por quem observava de longe uma revolução, sem entender os constrangimentos que esta impunha no terreno. Decidiu, portanto, entregar os quatro refugiados obedecendo a uma dupla apreciação: sobre a segurança da Embaixada e sobre a política alemã em Portugal.

A parte que se refere à política a prosseguir em Portugal viu-se confirmada por um duplo sucesso. Primeiro, uma demasiado visível proximidade alemã aos golpistas teria certamente alienado as simpatias de personalidades civis e principalmente militares que a Embaixada se aplicava em captar. A rápida entrega dos golpistas impediu esse retrocesso.

Depois, um tratamento severo dos quatro oficiais entregues por parte das autoridades portuguesas teria exposto a Embaixada e o Governo Federal a uma escalada de críticas da direita alemã e internacional. E também aí a Embaixada soube calcular os riscos: na noite de 11 de Março pediu ainda um salvo-conduto; na manhã seguinte, com informações frescas sobre a assembleia militar dessa noite, a Embaixada entendeu imediatamente que ela nada tivera de “selvagem”, e que entregar os quatro oficiais era mais seguro do que mantê-los no edifício da Embaixada – para si própria e até para os quatro hóspedes.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Diniz de – *Ascensão, apogeu e queda do MFA*. Lisboa: ed. autor, 1978, vols. I e II.
- BIRLE, Peter; SÁNCHEZ, Antonio Muñoz – *Partnerschaft für die Demokratie. Die Arbeit der Friedrich-Ebert Stiftung in Brasilien und Portugal*. Bona: Dietz Verlag, 2020.
- CALVÃO, Guilherme de Apoim – *De Conakry ao MDLP. Dossier Secreto*. Lisboa: Editorial Intervenção, 1976.
- CERQUEIRA, Armando – *Revolução e contra-revolução em Portugal (1974-1975)*. Lisboa: Edições Parsifal, 2015.
- CONTREIRAS, Carlos de Almada (coord.) – *A noite que mudou a Revolução de Abril. A assembleia militar de 11 de Março de 1975*, pp. 103 sg.. Lisboa: Ed. Colibri/Associação 25 de Abril, 2019.
- CONZE, Eckart; FREI, Norbert; HAYES, Peter; ZIMMERMAN Moshe – *Das Amt und die Vergangenheit. Deutsche Diplomaten im Dritten Reich und in der Bundesrepublik*. Munique: Karl Blessing Verlag, 2010.
- CRUZEIRO, Maria Manuela – *Costa Gomes – O último marechal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- CRUZEIRO, Maria Manuela – *Vasco Gonçalves. Um general na revolução*. Lisboa: Ed. Notícias, 2002.
- CRUZEIRO, Maria Manuela – *Vasco Lourenço. Do interior da revolução*. Lisboa: Ed. Âncora, 2009.
- CUNHAL, Álvaro – *A crise político-militar. Discursos políticos (5) Maio-Novembro de 1975*. Lisboa: Ed. Avante, 1976.

---

<sup>49</sup> Nota da Embaixada ao AA, 6.05.1976. Pasta 17440, Zuflucht port. Offiziere im Botschaftsgebäude (Protest) 1975/76. PA-AA.



- FEIO, Jorge; LEITÃO, Fernanda; PINA, Carlos – *11 de Março: autópsia de um golpe*. Lisboa: Agência Portuguesa de Revistas, 1975.
- FONSECA, Ana Mónica – “French and German support to Portugal: the military survival of the «Estado Novo» (1958-1968)”, *Portuguese Studies Review*, 16 (1), 2008, 1-17.
- FONSECA, Ana Mónica – “The Federal Republic of Germany and the Portuguese Transition to Democracy (1974-1976)”, *Journal of European Integration History*, 15 (1), 2009, pp. 35-56.
- GOMES, Bernardino; SÁ, Tiago Moreira de – *Carlucci vs. Kissinger, Os EUA e a Revolução Portuguesa*. Lisboa: D. Quixote, 2008.
- GOMES, João Varela – *Sobre os golpes contra-revolucionários de 11 de Março e 25 de Novembro de 1975*. Lisboa: ed. autor, 1980.
- GOMES, João Varela – *A contra-revolução de fachada socialista*. Lisboa: Ler Editora, 1981.
- Livro branco da 5ª Divisão. 1974-75*. Lisboa: Livraria Ler, 1984.
- MATEUS, Rui – *Contos proibidos. Memórias de um PS desconhecido*. Lisboa: D. Quixote, 1996, 3.ª edição.
- NEVES, Orlando (org.) – *Textos históricos da revolução*. Ed. Diabril, Vol. I.
- PINHEIRO, Vaza – *579 dias de revolução (retrato de uma época)*. Porto: Campo das Letras, 1999.
- POUCHIN, Dominique – *Mário Soares. Portugal: que revolução? Diálogo com Dominique Pouchin*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976.
- PRÍNCIPE, César – *Os segredos da censura*. Lisboa: Ed. Caminho, 1979.
- REZOLA, Maria Inácia – *25 de Abril: mitos de uma revolução*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.
- REZOLA, Maria Inácia – *Melo Antunes. Uma biografia política*. Lisboa: Âncora, 2012.
- RODRIGUES, Avelino; BORGA, Cesário; CARDOSO, Mário – *Portugal depois de Abril*. Lisboa: Ed. António dos Reis, 1976.
- RODRIGUES, Avelino; BORGA, Cesário; CARDOSO, Mário – *Abril nos quartéis de Novembro*. Lisboa: Ed. Bertrand, 1979 (2.ª edição).
- ROSAS, Fernando – *Pensamento e acção política. Portugal século xx (1890-1976)*. Ensaio histórico. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.
- ROTHER, Bernd – «Sozialdemokratischer Internationalismus. Die SI und der Nord-Süd-Konflikt ». In: Rother, Bernd (coord.). *Willy Brandts Außenpolitik*. Wiesbaden: Springer Fachmedien, 2014
- SARAMAGO, José – *Os apontamentos*. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1976.
- TÍSCAR, Maria José – *A contra-revolução no 25 de Abril. Os «Relatórios António Graça» sobre o ELP e AGINTER PRESS*. Lisboa: Ed. Colibri, 2014.
- VARELA, Raquel – *História do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand, 2011.
- VEIGA, Ivo – «A 5ª Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas no processo revolucionário português. Modelos, apoios e antagonismos». In: *Ler História*, nº 67/2014, pp. 155-168.
- VEIGA, Ivo – *O Boletim do MFA e o «Processo revolucionário português» (Setembro de 1974-Agosto de 1975)*. Exemplar policopiado. Biblioteca do Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa.